

# EDUCAÇÃO FISCAL, FORMAÇÃO DOCENTE E A PROPOSTA CURRICULAR E PEDAGÓGICA DO ENSINO FUNDAMENTAL DA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E QUALIDADE DE ENSINO DO AMAZONAS – SEDUC/AM

Wagner Barros Teixeira<sup>1</sup>  
Ednéa Euzébio da Silva<sup>2</sup>

## RESUMO

Este artigo é decorrente do trabalho de mestrado de Silva (2021), desenvolvido na Universidad de la Integración de las Américas – UNIDA, no Paraguai, que teve como objetivos descrever como a formação de professores aborda assuntos relacionados à temática da Educação Fiscal, além de investigar como o/a docente desenvolve essa temática em suas aulas em Manaus/AM. Constatou-se que os/as docentes não tiveram contato com a temática em sua formação inicial, apenas em formação continuada específica, e que é uma temática abordada superficialmente em algumas escolas manauaras. Diante disso, a pesquisa apontou que seria um desafio tornar a temática Educação Fiscal mais presente no cotidiano escolar. Considerando o contexto amazonense, recentemente foi aprovada a *Proposta Curricular e Pedagógica do Ensino Fundamental da Educação Básica* (AMAZONAS, 2021), documento norteador para o trabalho nas escolas do Amazonas. Neste artigo, com base em pesquisa bibliográfica e documental, analisamos de forma sucinta de que maneiras o documento educacional amazonense aborda a temática da Educação Fiscal. Após a análise, percebemos que é uma temática abordada de forma ampla, não apenas na área de Matemática, incluindo habilidades que a ela se relacionam com base na transversalidade e com ênfase na realidade cultural e regional do Amazonas.

**Palavras-chave:** Educação Fiscal, Temas Contemporâneos Transversais, Formação docente, Proposta Curricular Amazonense, Ensino Fundamental.

## INTRODUÇÃO

Este trabalho é um recorte da dissertação de mestrado de Silva (2021), desenvolvida no Programa de Mestrado em Ciências da Educação da Universidad de la Integración de las Américas, no Paraguai. O projeto da pesquisa de mestrado mencionada objetivou investigar a presença da Educação Fiscal nas escolas públicas estaduais de Manaus/AM, assim como sua presença na formação do docente com a intenção de descobrir qual a familiaridade dos professores com o tema.

---

<sup>1</sup> Doutor em Letras Neolatinas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor e Pesquisador na Universidade Federal da Integração Latino-Americana e no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Amazonas. [wagner.teixeira@unila.edu.br](mailto:wagner.teixeira@unila.edu.br)

<sup>2</sup> Mestra em Ciências da Educação pela Universidad de la Integración de las Américas – Paraguay. Professora do Ensino Fundamental na Secretaria de Educação e Desporto do Estado do Amazonas. [ednea.silva@seducam.pro.br](mailto:ednea.silva@seducam.pro.br)

Também buscou verificar como documentos norteadores da educação como a *Base Nacional Comum Curricular – BNCC* (BRASIL, 2017) e o *Referencial Curricular Amazonense – RCA* (AMAZONAS, 2019) contemplam a temática em tela.

Algumas hipóteses levantadas supunham que essa temática talvez não fosse discutida com profundidade e propriedade na escola para que os alunos pudessem se apropriar dos assuntos a ela relacionados.

Os motivos para essa suposição se relacionavam a uma possível abordagem superficial da temática por documentos orientadores da Educação no Brasil e no Amazonas e à ausência da temática nos cursos de licenciatura, revelando possível deficiência na formação inicial docente.

Considerando essa questão, neste artigo, nosso foco recai sobre um documento orientador para a educação no Amazonas, a *Proposta Curricular e Pedagógica para o Ensino Fundamental* (AMAZONAS, 2021) elaborada pela Secretaria de Educação e Desporto do Estado do Amazonas – SEDUC/AM.

Para organizar este capítulo, além desta seção introdutória, apresentamos mais duas seções que analisam de forma breve como a temática da Educação Fiscal está presente em documentos orientadores e na formação docente. Na sequência, uma seção que analisa a temática na proposta educacional amazonense supracitada. Ao final, tecemos algumas considerações à guisa de possíveis encaminhamentos e apresentamos as Referências.

## EDUCAÇÃO FISCAL E DOCUMENTOS ORIENTADORES

De acordo com um Caderno Economia lançado pelo Ministério da Educação (BRASIL, 2022), a Educação Fiscal

[...] visa à compreensão sobre os tributos, sua arrecadação, tipologia e destinação, e, conseqüentemente, ensina sobre direitos e deveres fiscais dos cidadãos.

No aspecto da arrecadação e destinação dos tributos, esses recursos, aplicados adequadamente, geram melhorias na qualidade de vida da população e perspectivas de melhorias para a sociedade de maneira geral. Questões como: de que forma os tributos são arrecadados? Quais tributos existem? Como são aplicados? são as temáticas que mobilizam a Educação Fiscal. (BRASIL, 2022, p. 25).

Com relação aos documentos orientadores, a pesquisa de mestrado que originou este trabalho refutou a hipótese levantada e revelou que, na verdade, tanto a *Base Nacional Comum Curricular – BNCC* (BRASIL, 2017) quanto o *Referencial Curricular Amazonense – RCA* (AMAZONAS, 2019) abordam a temática e orientam a transversalidade da Educação Fiscal.

Sobre essa questão, segundo a *BNCC* (*op. Cit*),

[...] cabe aos sistemas e redes de ensino, assim como às escolas, em suas respectivas esferas de autonomia e competência, incorporar aos currículos e às propostas pedagógicas a abordagem de temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora. Entre esses temas, destacam-se: direitos da criança e do adolescente (Lei nº 8.069/1990), [...], educação para o consumo, educação financeira e fiscal, trabalho, ciência e tecnologia e diversidade cultural (Parecer CNE/CEB nº 11/2010 e Resolução CNE/CEB nº 7/2010). Na BNCC, essas temáticas são contempladas em habilidades dos componentes curriculares, cabendo aos sistemas de ensino e escolas, de acordo com suas especificidades, tratá-las de forma contextualizada. (BRASIL, 2017 p.19).

A citação deixa claro que, segundo o documento nacional, os Temas Contemporâneos Transversais, entre os quais o da Educação Fiscal, perpassam diferentes aspectos da vida do educando e, por isso, devem ser abordados preferencialmente de forma integradora.

Inferre-se daí que essas temáticas deveriam compor documentos de planejamento didático, como planos de aula ou projetos de ensino, para que os estudantes possam participar de discussões sobre o tema.

Nesse sentido, em *Temas Contemporâneos Transversais na BNCC: proposta de práticas de implementação* (BRASIL, 2019) são apresentadas orientações sobre possibilidades de abordagem “[...] em três níveis crescentes de complexidade, de forma a tratar os TCTs de maneira intradisciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar.” (BRASIL, 2019, p. 9).

Silva (2021) entende que

[...] intradisciplinar é a abordagem do tema cruzando competências e habilidades em uma única disciplina; interdisciplinar trata-se da abordagem do tema fazendo o cruzamento entre conteúdo e habilidade em mais de uma disciplina. Transdisciplinar contempla um nível mais integrador, pois tem uma abordagem por meio de projetos que envolvem todos os componentes curriculares. (SILVA, 2021, p. 66).

O infográfico abaixo ilustra o descrito acima.

#### Níveis de abordagem dos Temas Contemporâneos Transversais - TCT



Fonte: Brasil (2019, p. 9).

Considerando os três níveis de abordagens dos TCT propostos, espera-se que os conteúdos se entrelacem, interajam e se integrem, reduzindo, assim, fragmentações no processo de ensino-aprendizagem.

Dessa feita, percebemos que a Educação Fiscal é tema que deve estar presente em sala de aula, de maneira integrada, haja vista sua importância na formação do cidadão, visando à compreensão sobre tributos, arrecadação, políticas públicas, cidadania. Assim, pode auxiliar na integração dos estudantes como parte do processo de desenvolvimento do meio em que vivem, fazendo com que despertem seu interesse por acompanhar em seu cotidiano o movimento do poder público por meio de serviços como reformas de escolas, criação e/ou manutenção de áreas de lazer, campanhas de vacinação, patrulhamento/segurança nas ruas, por exemplo.

Da mesma forma, também podem acompanhar quando não há ações efetivas, percebendo ruas e escolas sem manutenção, ausência de coleta de lixo, praças e áreas de lazer degradadas etc. Essas questões podem ser trabalhadas em sala de aula, relacionadas a conhecimentos básicos de sistemas tributários, por exemplo, para que os estudantes entendam que os serviços públicos são possíveis devido à função social dos tributos, e que os contribuintes são responsáveis pelos recursos que entram nos cofres públicos, devendo fazer o possível para fiscalizar sua aplicação.

No que concerne ao *RCA* (AMAZONAS, 2019), documento orientador para a educação no Amazonas, percebeu-se que a temática Educação Fiscal não foi mencionada de maneira explícita. No entanto, os Temas Contemporâneos Transversais foram contemplados em habilidades nos componentes curriculares propostos no documento, incluindo a Educação Fiscal. A seguir, analisamos de maneira sucinta a relação da essa temática com a formação de professores.

## **EDUCAÇÃO FISCAL E FORMAÇÃO DE PROFESSORES**

Segundo o *Plano Nacional de Educação*, nos termos da *Lei n° 13.005/2014* (BRASIL, 2014), para que a *BNCC* (*op. Cit*) atinja seus plenos objetivos, em regime de cooperação, os entes federativos devem contribuir para que haja avanços na qualidade da educação e resultados positivos sejam alcançados.

A primeira tarefa de responsabilidade direta da União será a revisão da formação inicial e continuada dos professores para alinhá-las à *BNCC*. A ação nacional será crucial nessa iniciativa, já que se trata da esfera que responde pela regulação do ensino superior, nível no qual se prepara grande parte desses profissionais. Diante das evidências sobre a relevância dos professores e demais membros da equipe escolar para o sucesso dos alunos, essa é uma ação fundamental para a implementação eficaz da *BNCC*. (BRASIL, 2017, p. 21).

Com a mudança na legislação educacional nacional, previu-se que os docentes tenham sua formação ajustada, considerando o proposto na *BNCC (op. Cit)* e o disposto no arcabouço legal que sustenta esse documento orientador educacional, cabendo à União, por meio do Ministério da Educação – MEC junto com as universidades, fomentar alterações nos currículos de formação docente.

Nesse sentido, foram instituídas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica por meio da *Resolução CNE/CP n° 2 (BRASIL, 2019)*, de 20 de dezembro de 2019. Em suas considerações, o documento reafirma que

O § 8º do art. 62 da LDB estabelece que os currículos dos cursos da formação de docentes terão por referência a Base Nacional Comum Curricular (BNCC-Educação Básica);

A Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, em seu art. 11, estabelece o prazo de 2 (dois) anos, contados da data de homologação da BNCC-Educação Básica, para que seja implementada a referida adequação curricular da formação docente. (BRASIL, 2019, p. 1).

Espera-se, então, que os professores encontrem qualificação adequada promovida pelas universidades em consonância com as mudanças decorrentes da promulgação da *Lei n° 13.415/17 (BRASIL, 2017)*, de 16 de fevereiro de 2017.

A despeito da polêmica em torno do processo político que culminou com a promulgação dessa lei – que, por sua vez, ratificou a famigerada *Medida Provisória n° 746/16 (BRASIL, 2016)*, de 22 de setembro de 2016, um ato político impositivo que alterou unilateralmente a educação nacional, apesar das inúmeras vozes divergentes (TEIXEIRA, 2020; TEIXEIRA & CASTRO-HEUFEMANN, 2020; TEIXEIRA, 2022; TEIXEIRA & GUERREIRO, 2022)–, trata-se de normativa que transformou também a formação de professores.

Nesse sentido, a *Resolução CNE/CP n° 2 (op. Cit)* prevê:

Art. 2º A formação docente pressupõe o desenvolvimento, pelo licenciando, das competências gerais previstas na BNCC-Educação Básica, bem como das aprendizagens essenciais a serem garantidas aos estudantes, quanto aos aspectos intelectual, físico, cultural, social e emocional de sua formação, tendo como perspectiva o desenvolvimento pleno das pessoas, visando à Educação Integral.

Com base nos mesmos princípios das competências gerais estabelecidas pela BNCC, é requerido do licenciando o desenvolvimento das correspondentes competências gerais docentes.

Parágrafo único. As competências gerais docentes, bem como as competências específicas e as habilidades correspondentes a elas, indicadas no Anexo que integra esta Resolução, compõem a BNC-Formação. (BRASIL, 2019, p. 2).

Considerando que, segundo o disposto na legislação vigente, a formação docente precisa estar alinhada às orientações previstas na *BNCC (op. Cit)*, entendemos ser necessária a abordagem dos TCT durante o processo de formação inicial do professor.

No entanto, de acordo com a pesquisa de mestrado que originou este trabalho, a hipótese voltada para a formação docente sugeriu que a maioria dos professores participantes não teve acesso à temática da Educação Fiscal em sua formação, fazendo com que, provavelmente, seja algo distante e de difícil abordagem em sala de aula.

Essa hipótese foi confirmada, por intermédio de aplicação e análise de questionários, pois a maioria dos professores participantes da pesquisa alegou que, em sua formação inicial, não havia disciplinas voltadas para Educação Fiscal, dificultando, assim, sua prática pedagógica em sala de aula.

Considerando a relação entre a formação e a atuação docente, a seguir, analisamos de forma sucinta documento curricular que norteia a ação docente no Amazonas.

## **EDUCAÇÃO FISCAL E A PROPOSTA CURRICULAR DA SEDUC/AM**

Segundo o documento curricular amazonense (AMAZONAS, 2021, p. 8), a Proposta Curricular

[...] representa a congregação de todos os fundamentos e pressupostos que permeiam o contexto de reforma curricular da educação brasileira a partir da homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e da aprovação do Referencial Curricular Amazonense (RCA). [...] uma proposta que pudesse não só servir de ferramenta capaz de auxiliar os profissionais da educação em seus trabalhos pedagógicos diários, mas também na construção de um novo currículo capaz de dialogar com os reais desafios da escola contemporânea.

A citação evidencia de maneira clara que o documento amazonense se baseia em documentos orientadores de âmbitos nacional e estadual, apresentando-se como ferramenta de apoio docente no que concerne ao currículo.

Uma vez que se baseia na *BNCC (op. Cit)*, espera-se, então, que aborde, entre outras questões, os Temas Contemporâneos Transversais, incluindo a temática da Educação Fiscal.

Ao analisarmos o documento, percebemos que essa temática ganhou mais espaço, havendo a indicação de que esteja presente nos planejamentos e de que seja trabalhada transversalmente.

Além disso, o documento também apresenta propostas de atividades relacionadas ao tema da Educação Fiscal, as quais podem ser aproveitadas pelo professor em suas aulas, conforme o seguinte.

**ORGANIZADOR CURRICULAR DE LÍNGUA PORTUGUESA  
ENSINO FUNDAMENTAL/ANOS INICIAIS - 4º E 5º ANO (II CICLO)**

1º BIMESTRE					
COMPETÊNCIAS					
Compreender a língua como fenômeno cultural, histórico, social, variável, heterogêneo e sensível aos contextos de uso, reconhecendo-a como meio de construção de identidades de seus usuários e da comunidade a que pertencem.					
Apropriar-se da linguagem escrita, reconhecendo-a como forma de interação nos diferentes campos de atuação da vida social e utilizando-a para ampliar suas possibilidades de participar da cultura letrada, de construir conhecimentos (inclusive escolares) e de se envolver com maior autonomia e protagonismo na vida social.					
Ler, escutar e produzir textos orais, escritos e multissemióticos que circulam em diferentes campos de atuação e mídias, com compreensão, autonomia, fluência e criticidade, de modo a se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos, e continuar aprendendo.					
Compreender o fenômeno da variação linguística, demonstrando atitude respeitosa diante de variedades linguísticas e rejeitando preconceitos linguísticos.					
Empregar, nas interações sociais, a variedade e o estilo de linguagem adequados à situação comunicativa, ao(s) interlocutor(es) e ao gênero do discurso/gênero textual.					
Analisar informações, argumentos e opiniões manifestados em interações sociais e nos meios de comunicação, posicionando-se ética e criticamente em relação a conteúdos discriminatórios que ferem direitos humanos e ambientais.					
Reconhecer o texto como lugar de manifestação e negociação de sentidos, valores e ideologias.					
Selecionar textos e livros para leitura integral, de acordo com objetivos, interesses e projetos pessoais (estudo, formação pessoal, entretenimento, pesquisa, trabalho, entre outros).					
Envolver-se em práticas de leitura literária que possibilitem o desenvolvimento do senso estético para fruição, valorizando a literatura e outras manifestações artístico-culturais como formas de acesso às dimensões lúdicas de imaginário e encantamento, reconhecendo o potencial transformador e humanizador da experiência com a literatura.					
Mobilizar práticas da cultura digital, diferentes linguagens, mídias e ferramentas digitais para expandir as formas de produzir sentidos (nos processos de compreensão e produção), aprender e refletir sobre o mundo e realizar diferentes projetos autorais.					
PRÁTICAS DE LINGUAGEM	HABILIDADES	OBJETOS DE CONHECIMENTO	POSSIBILIDADES INTERDISCIPLINARES / TEMAS CONTEMPORÂNEOS TRANSVERSAIS	4º ANO	5º ANO
Leitura/escuta (compartilhada e autônoma)	(EF04LP09 - CVC) Ler e compreender, com autonomia, boletos, faturas e carnês, dentre outros gêneros do campo da vida cotidiana, de acordo com as convenções do gênero (campos, itens elencados, medidas de consumo, código de barras) e considerando a situação comunicativa e a finalidade do texto.	<b>Compreensão em leitura:</b> - Leitura fluente de gêneros do CVC, como boletos, faturas e carnês; - Estratégias de leitura – antecipações e previsões com base nos elementos constituintes do gênero (campos, itens elencados, medidas de consumo, código de barras, datas de vencimento e emissão) e nas características de cada um dos gêneros do CVC (organização interna, marcas linguísticas e conteúdo temático) e dos textos específicos a serem lidos.	Matemática (EF04MA01).  <b>TCTs:</b> Vida Familiar e Social; Educação Financeira; Educação Fiscal; Educação para o Consumo.	I/A/C	-

Fonte: AMAZONAS (2021, p. 112).

Ao se tomar a temática da Educação Fiscal, tradicionalmente se esperaria buscar exemplos a partir da área das Ciências Exatas, materializada no currículo principalmente na área de Matemática. No entanto, como forma de evidenciar a transversalidade na abordagem dessa temática, optamos por analisar neste artigo um recorte da área de Língua Portuguesa.

Assim, de acordo com o fragmento da *Proposta Curricular e Pedagógica para o Ensino Fundamental* (AMAZONAS, 2021), a Educação Fiscal pode ser desenvolvida no eixo de Leitura/Escrita, de maneira especial por meio do desenvolvimento da habilidade de



(EF04LP09 – CVC) Ler e compreender, com autonomia, boletos, faturas e carnês, dentre outros gêneros do campo da vida cotidiana, de acordo com as convenções do gênero (campos, itens elencados, medidas de consumo, código de barras) e considerando a situação comunicativa e a finalidade do texto. (AMAZONAS, 2021, p. 112).

Para desenvolver a habilidade, o professor deve abordar características de gêneros que estão relacionados com a temática da Educação Fiscal: boletos, faturas e carnês, de circulação na vida cotidiana e nas esferas financeira e fiscal.

Além disso, o docente também deve traçar estratégias pedagógicas para que o estudante possa se apropriar dos gêneros ao considerar sua função social e situações comunicativas a eles relacionadas. Nessa esteira, pode desenvolver trabalhos interdisciplinares com outras áreas do conhecimento por meio de uma temática geradora, como a da Educação Fiscal. Entre as possibilidades, o documento sugere a área de Matemática e lista uma habilidade específica dessa área: “EF04MA01”. (AMAZONAS, 2021, p. 112).

Outro aspecto que merece destaque é o fato de que o documento amazonense menciona de forma explícita os temas Vida Familiar e Social, Educação Financeira, Educação Fiscal e Educação para o Consumo como Temas Contemporâneos Transversais que acompanham o desenvolvimento da habilidade em tela, evidenciando sua importância.

Mais do que isso, ao se sugerir a abordagem da temática da Educação Fiscal por meio de atividades que permitam o desenvolvimento das habilidades mencionadas, quer seja a habilidade de Língua Portuguesa analisada brevemente aqui ou a de Matemática que a ela se relaciona, o documento possibilita que o docente promova a formação cidadã, impactando não apenas estudantes, mas outros membros da comunidade escolar, o que vai ao encontro de orientações educacionais, haja vista que

[...] a Educação Fiscal pode conscientizar toda a comunidade escolar para a importância de se acompanhar os gastos públicos e entender a importância dos impostos na condução e construção da Administração Pública, mas também, estimular a formação da consciência tributária do aluno e promover situações de aprendizagem que possibilitem a consciência de seus direitos e deveres como cidadão.

A escola pode assim contribuir para o entendimento sobre a aplicação dos recursos públicos e investimentos no próprio sistema educacional, incentivando o conhecimento sobre os investimentos nos demais espaços públicos, que exigem controle social do Estado, a relação com as notas fiscais como instrumento de controle social desses recursos, dentre outras abordagens que estão mencionadas nas habilidades e competências da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). (BRASIL, 2022, p. 27).

A seguir, apresentamos mais algumas considerações à guisa de possíveis encaminhamentos.

## ALGUNS POSSÍVEIS ENCAMINHAMENTOS...

Ao analisar a temática da Educação Fiscal, neste artigo, nosso recorte abordou aspectos relacionados à formação docente e a documentos orientadores educacionais oficiais.

No concernente ao primeiro aspecto, ficou evidente que a temática não é comum em cursos de formação de professores no Amazonas, o que nos faz pensar na necessidade de que sejam feitas adequações, principalmente em se considerando as mudanças legislativas em âmbito educacional que trazem claramente a proposta de Temas Contemporâneos Transversais, e, entre eles, o tema da Educação Fiscal.

Assim, como encaminhamentos, propomos alguns questionamentos: de que maneiras podem ser promovidas adequações curriculares para que a formação inicial docente dê conta de abordar os TCT e, mais ainda, de preparar os professores para que possam desenvolver as temáticas neles contidas durante sua atuação? Como têm sido implementadas essas mudanças nos currículos dos cursos de formação de professores no Amazonas e, de forma mais ampla, no Brasil?

No que tange a questão dos documentos orientadores educacionais, percebemos que os TCT são abordados tanto na *BNCC (op. Cit)*, em âmbito nacional, quanto no *RCA (op. Cit)*, em âmbito regional no Amazonas e, de forma especial, materializados na *Proposta Curricular e Pedagógica para o Ensino Fundamental (AMAZONAS, 2021)*, possibilitando ao docente que a temática da Educação Fiscal seja abordada em sala de aula de forma transversal e integradora. No entanto, entendemos que nem sempre o que se propõe em forma de documento acaba se materializando na prática. Assim, propomos mais alguns questionamentos: como tem sido abordada a temática da Educação Fiscal nas escolas amazonenses a partir da *Proposta Curricular e Pedagógica para o Ensino Fundamental (op. Cit)*? De que maneiras o professor que já atua na rede de ensino no estado tem sido preparado para lidar com as mudanças educacionais que trazem novos desafios? Como as ações políticas que visam à formação continuada docente têm considerado esses novos desafios?

Conscientes de que o debate está posto e longe de se esgotar nestas páginas, terminamos este trabalho na esperança de que os questionamentos levantados possam suscitar novas pesquisas, provar maior discussão sobre a temática desenvolvida e, principalmente, contribuir para se planejar políticas de formação docente mais plurais, contemplando a temática da Educação Fiscal e tantas outras de igual relevância para a formação cidadã.

## REFERÊNCIAS

AMAZONAS/SEDUC. **Proposta Curricular e Pedagógica do Ensino Fundamental**. Manaus: SEDUC/AM, 2021.

AMAZONAS. **Referencial curricular amazonense: Ensino Fundamental – Anos Finais**. Manaus: MEC/Undime/Consed, 2019.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. (2017) Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>>. Acesso em: 01 set. 2021.

BRASIL. [**Lei 13.005 (2014)**]. Disponível em: <<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=13005&ano=2014&ato=8b4gXWE9ENVpWT136>>. Acesso em: 05 out. 2022.

BRASIL. [**Lei 13.415 (2017)**]. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm)> Acesso em: 20 abr. 2018.

BRASIL. [**Medida Provisória 746 (2016)**]. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2016/Mpv/mpv746.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Mpv/mpv746.htm)>. Acesso em: 10 jan. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Caderno economia** [livro eletrônico]: educação financeira, educação fiscal, trabalho; [curadoria Maria Luciana da Silva Nóbrega]. Brasília: Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação, 2022. (Série Temas Contemporâneos Transversais: Base Nacional Comum Curricular (BNCC)).

BRASIL. Ministério da Educação. **Temas Contemporâneos Transversais na BNCC: propostas de práticas de implementação**. Brasília: MEC/SEB, 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. [**Resolução CNE/CP nº 2 (2019)**]. Disponível em: <[https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE\\_RES\\_CNECPN22019.pdf](https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECPN22019.pdf)>. Acesso em: 05 out. 2022.

SILVA, Ednéa Euzébio da. **Educação Fiscal**: estudo sobre políticas públicas educacionais, formação e prática docente em Manaus, Amazonas, Brasil. Dissertação de mestrado defendida no âmbito do Programa de Mestrado em Ciências de la Educación da Universidad de la Integración de las Américas. Asunción, Paraguay: UNIDA, 2021. 101f

TEIXEIRA, Wagner Barros. O linguista aplicado entre agentes glotopolíticos: o ensino de Espanhol em São Gabriel da Cachoeira/AM. **Raído**, Dourados, MS | ISSN 1984-4018 | v. 14 | n. 36 | p. 290 - 309 | set/dez 2020.

TEIXEIRA, Wagner Barros. Discursos silenciadores e reveladores relacionados ao ensino de espanhol no Amazonas na perspectiva curricular. In: COUTO, Aldenice; SOUZA NETO, Maurício José de. (orgs.). **Língua, linguagem e vida**: homenagem à Maria Luísa Ortiz Alvarez. Campinas/SP: Pontes Editores, 2022.



TEIXEIRA, Wagner Barros; CASTRO-HEUFEMANN, Felipe Miguel. Ensino de Espanhol em Manaus sob a perspectiva glotopolítica. **Revista Digital de Políticas Lingüísticas**. Año 12, Volumen 12, octubre 2020.

TEIXEIRA, Wagner Barros; GUERREIRO, Solano da Silva. Panorama glotopolítico sobre o ensino da língua espanhola na fronteira Brasil-Peru: contexto de Benjamin Constant/AM. In: **Revista Humanidades e Inovação**. ISSN: 2358-8322. Palmas/TO, v. 9, n. 01. Jan. 22.